

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Prefácio .....	9
Agradecimentos .....	15
Introdução .....	19

### CAPÍTULO 1

#### MORALIDADE ADMINISTRATIVA E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 23

1.1. Contexto constitucional .....	23
1.2. Direito e Moral .....	26
1.3. Moral, costume e ética .....	30
1.4. Princípio da moralidade administrativa e probidade administrativa .....	33
1.4.1. O princípio da moralidade administrativa e seu conteúdo constitucional .....	33
1.4.2. Probidade administrativa .....	40
1.4.3. Improbidade administrativa .....	43

### CAPÍTULO 2

#### TIPOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA LEI 8.429/92, 49

2.1. Aspectos gerais .....	49
2.2. Raio de abrangência .....	52
2.2.1. Sujeito ativo .....	53
2.2.2. Sujeito passivo .....	66
2.3. Contornos da improbidade administrativa .....	67
2.4. Espécies de improbidade previstas na Lei 8.429/92 .....	72
2.4.1. Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito .....	77
2.4.2. Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário .....	83
2.4.3. Atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública .....	88



### CAPÍTULO 3

#### O ELEMENTO SUBJETIVO DO DOLO E DA CULPA PARA CONFIGURAÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE, 103

3.1. A responsabilidade subjetiva dos agentes públicos .....	103
3.2. A ocorrência do dano e a configuração do ato de improbidade .....	110
3.3. O elemento subjetivo no conceito de improbidade .....	122
3.3.1. O conteúdo do conceito de improbidade administrativa e suas implicações .....	125
3.3.2. O alargamento do conceito pela Lei 8.429/92 .....	140
3.3.3. Interpretação constitucional .....	144
3.4. Síntese conclusiva .....	148

### CAPÍTULO 4

#### O ELEMENTO SUBJETIVO COMO CRITÉRIO NORTEADOR PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES, 153

4.1. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	153
4.2. Culpabilidade .....	163
4.3. Os preceitos sancionatórios da Lei 8.429/92 .....	165
4.4. O elemento subjetivo do dolo ou da culpa .....	175
4.5. Responsabilidade Civil .....	179
Conclusão .....	181
Bibliografia .....	213

